

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SETE – 1ª REUNIÃO

-----Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas vinte horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. *Aprovação das Grandes Opções do Plano para o Ano de 2008;*-----

-----2. *Aprovação do Orçamento para o Ano de 2008;*-----

-----3. *Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS);*-----

-----4. *Taxas Sobre Direitos de Passagem nos termos da Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro e Infra-estruturas de Suporte das Estações de Radiocomunicações e Respectivos Acessórios nos termos do Decreto Lei nº 11/2003 de 18 de Janeiro;*-----

-----5. *Delimitação Administrativa entre as freguesias de Mira de Aire do Município de Porto de Mós e São Mamede do Município da Batalha;*-----

-----6. *Delimitação Administrativa entre as freguesias de São João Baptista do Município de Porto de Mós e freguesia e concelho da Batalha;*-----

7. *Proposta de estabelecimento de medidas preventivas para três áreas dentro do perímetro urbano da vila de Mira de Aire;*-----

-----8. *Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.*-----

-----1 – **ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão os seguintes membros: Amaral António Ferreira Ribeiro ((P.S./Renunciou ao mandato); António Fernando Pardal da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Alvados – PSD/Falta injustificada); António Manuel Pedroso do Rosário (PSD/Pediu suspensão do mandato por 30 dias); David Luís Durão (PSD/Falta Injustificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Jorge Manuel Vieira Cardoso, a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e a Assistente Administrativa Helena Isabel Ferreira de Sousa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas face às justificações escritas e ou verbais que lhe foram apresentadas e fez menção à carta que **Amaral António Ferreira Ribeiro (P.S.)** enviou a esta Assembleia manifestando a vontade de renunciar ao mandato, aceitando-a e processando-se a substituição nos termos do artigo 79º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. Assim e encontrando-se presente na sala o membro seguinte na lista de eleitos do Partido Socialista o senhor **Nuno Manuel Cordeiro Santos**, que exibiu o BI nº 4379112 de 04.08.1999, emitido pelo Arquivo de Identificação de Leiria, e o Numero de Identificação Fiscal 112 398 618 , verificou-se a legitimidade do mesmo, tendo tomado posse. Face ainda ao pedido de suspensão do mandato por 30 dias pelo eleito pelo PPD/PSD, **António Manuel Pedroso do Rosário**, foi chamado também para o substituir por esse período, o senhor **José António Sousa Calado**, que igualmente apresentou o seu BI com o nº 6992403, de 26.03.2003, emitido pelo arquivo de identificação de Leiria, tendo igualmente sido verificada a sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

legitimidade para assumir funções. -----

-----Depois o senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que a pedido da Câmara Municipal se procederia agora a uma pequena cerimónia de entrega de prémios relativos à **I EDIÇÃO DO CONCURSO LITERÁRIO JOVEM**, dando a palavra ao senhor **Vereador do Pelouro da Cultura**, que disse que a Câmara Municipal de Porto de Mós promoveu entre os meses de Maio a Junho de 2007, o **I Concurso Literário Jovem**, que teve como tema "O Património Histórico de Porto de Mós", sendo o seu objectivo primordial o incentivo à prática regular da escrita, dando privilégio ao desenvolvimento do espírito crítico e criativo dos Jovens. Posteriormente, passou a chamar os três primeiros classificados, a fim de lhe fazer a entrega do prémio respectivo: 1º Volodymyr Lavriv, com o trabalho "A Terra da Esperança"; 2º Ana Carolina Pimenta, com o trabalho "O Sol aqui tão Perto" e 3º Cristina Margarida Miguel, com o trabalho "A Sua Gratidão Ficará Para sempre...".-----

-----2. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal.-----

-----3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----Entrando neste período, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ter a mesa recebido da bancada do Partido Socialista, uma proposta de rectificação da minuta da acta da sessão de 21.09.2007, referente á Fixação da Taxa de IMI para o ano de 2008, suspendendo a sessão por 10 minutos para análise do documento que a seguir se transcreve:-----

-----"A proposta do executivo municipal respeitante á fixação da taxa do IMI para 2007, a cobrar em 2008, que suportava o ponto dois da ordem de trabalhos daquela assembleia, desdobrava-se em 6 (seis) pontos. Esta proposta acabou por ser votada na globalidade quando o deveria ter sido na especialidade, ponto a ponto. Dos seis pontos constantes da referida proposta, apenas o ponto 3, que propunha que a taxa de 0,2% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI fosse alterada para 0,25%, foi objecto de contestação.-----

-----A longa discussão e o ambiente gerado na Assembleia em torno deste ponto 3 da proposta de alteração acabou por dar lugar a um texto da minuta da acta, relativo ao ponto dois da ordem de trabalhos, que não corresponde minimamente á vontade expressa pelos senhores Deputados presentes. Com efeito, ninguém naquela Assembleia se recusou a fixar taxas de IMI, para cobrar em 2008, como indica a referida minuta. O que aconteceu, foi a **não aprovação da alteração proposta pelo executivo, referida no seu ponto 3 do documento**. As intervenções dos senhores Deputados na Assembleia estão gravadas e nenhuma delas contesta a manutenção das taxas em vigor, mantendo-se as taxas do IMI sem qualquer alteração e que devem vigorar para 2007, a cobrar em 2008. Pelo exposto, proponho a redacção da minuta da referida acta, relativa ao ponto dois da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de 21.09.2007, deva ser rectificada de modo a reflectir verdadeiramente a vontade expressa na referida assembleia e assim, o texto rectificado da deliberação deverá ser o seguinte:-----

-----**Proposta de rectificação da acta relativa ao ponto 2 da ordem de trabalhos (Alteração da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis), da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Porto de Mós, realizada em 21 de Setembro de 2007:** (...Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação a proposta de Alteração do Imposto Municipal sobre Imóveis apresentada pelo Executivo, tendo procedido á chamada dos membros da Assembleia para depositarem o respectivo voto na urna disponível para o efeito. Terminada a votação, foi efectuada a contagem dos boletins de voto tendo sido verificado um empate, com catorze votos contra e catorze votos a favor e duas abstenções. Assim e nos termos do Regimento, no seu artigo 48º, nº 4, foi a votação repetida, tendo a proposta sido reprovada com 14 (catorze) votos contra, 13 (treze) votos a favor e 2 (duas) abstenções, **mantendo-se assim, as taxas anteriormente em vigor**).-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que a mesa não concorda com a proposta apresentada, dado que o seu conteúdo não corresponde á verdade, uma vez que o que foi apreciado e votado na sessão de 21.09.2007, não foi uma proposta de alteração ás taxas existentes, mas sim a fixação da taxa de IMI para o ano de 2008, conforme se pode ver na própria ordem de trabalhos daquela sessão. O que foi apreciado, votado e rejeitado por catorze votos contra, treze votos a favor e duas abstenções foi a proposta que a Câmara Municipal apresentou e que era "Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis". Referiu ainda que a minuta da deliberação sobre este ponto da ordem de trabalhos, foi na altura aqui redigida pela mesa e aprovada por unanimidade. Para sustentar do ponto de vista jurídico a decisão da mesa, deu a palavra á Dr^a Olga Silvestre, 1^a Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, que passou a dizer que as actas podem apenas ser corrigidas quando houver erros de expressão ou de escrita, não podendo conter coisas que não se passaram nas sessões a que se referem, tendo dito depois que a mesa não aceita a proposta de rectificação da minuta da acta apresentada pelo PS pelos fundamentos seguintes:---

-----Nos termos alínea f) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 5-A/2002 e do artigo 16º, n.º 2 alínea f) do Regimento, compete à Assembleia Municipal em matéria regulamentar, de organização e funcionamento sob proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa da contribuição autárquica (actualmente taxa do IMI) incidente sobre prédios urbanos .-----

-----Ora prevê o n.º 4 do artigo 112º do CIMI aprovado pelo D.L. 287/2003 de 12 de Novembro e com as alterações que lhe foram introduzidas, que os Municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal fixam a taxa do IMI a aplicar em cada ano.-----

-----De acordo com a lei constitui competência exclusiva da Assembleia Municipal a fixação da taxa IMI, tendo por base a proposta da Câmara. -----

-----E decorre do n.º 13 do citado artigo 112º, que a vigência da taxa fixada pela Assembleia Municipal é circunscrita ao ano económico seguinte áquele em que foi aprovada. Pelo que a taxa tem de ser aprovada todos os anos para vigorar no ano seguinte, ora não tendo sido aprovada nenhuma taxa não pode ser aplicada a do ano anterior (a de 2006). -----

-----É que não havendo aprovação, recorre-se ao disposto no citado artigo no seu numero 13, que refere "*as deliberações da Assembleia Municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Direcção Geral dos Impostos para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1 do citado artigo, caso as comunicações sustentadas pela deliberação da Assembleia Municipal não sejam recebidas até 30 de Novembro de 2007.*" -----

-----Ou seja no ano de 2008 as taxas do IMI a aplicar são:-----
----- De 0,8% para prédios rústicos.-----
----- De 0,4% para prédios urbanos. -----
----- De 0,2% para prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI.-----

-----Terminou dizendo ser com base nessa determinação da lei que a mesa não aceita essa proposta de alteração apresentada pela bancada do Partido Socialista, sob pena de, aceitando-a, estar a incorrer numa ilegalidade. -----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.)**, usou da palavra para apelar aos membros da Assembleia Municipal, que se lembrassem do teor da minuta da deliberação que foi votada e aprovada por unanimidade naquela noite conturbada. Referiu ainda achar, que toda a gente ficou com a ideia de que a proposta da Câmara Municipal era rejeitada mas que as taxas que vigorariam para o ano de 2008, seriam as que estavam naquele momento em vigor. Fez depois menção ao artigo que o Região de Leiria publicou a propósito e cujo jornalista esteve nesta sala, e que terminou o seu texto dizendo "*mas antes de tudo isso foi preciso ultrapassar um dos momentos conturbados da reunião: o PSD apresentou uma proposta de alteração áquele que o executivo socialista trouxe á Assembleia, alegando que esta ultima estava ferida de ilegalidade. Minutos depois concluiu-se que era a proposta laranja para o IMI, que era ilegal. Os sociais-democratas apresentaram nova proposta. Os socialistas fizeram saber da sua indignação pelo facto de o PSD não se limitar a aprovar ou chumbar as propostas do executivo, procurando governar o concelho a*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

partir da Assembleia. O que estão a fazer as sete pessoas na vereação, perguntava João Salgueiro. O PSD retirou a sua proposta optando por apenas referendar a do executivo. Na prática, assim o IMI não sofre alterações". Disse ainda que, depois daquela assembleia que foi muito conturbada, já não se lembra do conteúdo da minuta da deliberação que no final da sessão foi votada, convidando que alguém na sua boa-fé, diga o que é que ficou subjacente no final, se não foi que se manteriam, as taxas actualmente em vigor. Referiu depois que todos os presentes tiveram responsabilidades no assunto, começando pelo facto de que, quando a minuta da acta é lida e é aprovada, se deve ter consciência de que ela reflecte a verdade do que se passou dentro desta sala. Disse depois que se podem retirar duas conclusões do que aqui se passou: ou erro de redacção de quem redigiu a minuta da acta ou má-fé. Referiu depois o facto de, exactamente neste ponto da ordem de trabalhos, que significa uma fonte de receitas para a Câmara, a votação não se ter processado na especialidade e na generalidade, quando tal já havia sido feito em votações anteriores, exemplificando com a votação de que foi alvo o Regulamento de Apoio à Família no âmbito da Educação Pré-Escolar e Auxílios Económicos no âmbito do 1º Ciclo do Ensino Básico. Referiu ainda a falta de cuidado da mesa, que tem a responsabilidade da condução dos trabalhos, não fazendo a votação na especialidade e na generalidade, como seria desejável, para não dar azo a uma situação que irá penalizar este concelho sobremaneira. -----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP):**-----

-----Usando da palavra lamentou que hoje, se esteja aqui a discutir este problema, dizendo parecer-lhe demasiado grave que o concelho fique penalizado desta maneira, sendo certo que os eleitos aqui presentes o foram para defender o concelho. Referiu depois que não se lembra de como é que a minuta da deliberação foi aprovada, atendendo a que às três da manhã e depois de tudo quanto aconteceu, ser normal que já não haja o discernimento necessário para ter a noção exacta do que se está a aprovar. Terminou dizendo que esta é a prova de que as Assembleias Municipais não devem terminar a horas tão tardias. Disse ainda que todos os presentes são culpados de se ter aprovado aquela deliberação, referindo no entanto que ficou convencida que o IMI a aplicar em 2008, seria o estava em vigor em 2007. Disse ainda que há uma enorme diferença entre os deputados do PSD e os do CDS, dado que esta última não se apercebeu do enorme prejuízo que daí adviria para o concelho, não querendo com isto dizer que todos estejam coniventes com essa situação, acrescentando ainda ter a certeza de que, quanto à secretária da mesa, foi concerteza um lapso na redacção da minuta, mas uma coisa é certa, se o IMI votado não for o mesmo que está em vigor em 2007, este concelho ficará penalizado, sendo essa responsabilidade de todos os presentes. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Pedi a palavra para esclarecer que a proposta que na altura o PSD apresentou, e que foi posteriormente retirada, propunha exactamente a manutenção das taxas que estão hoje em vigor. Perante a intervenção da mesa sobre a correcção da acta, disse que, se era ilegal, não se poderia fazer, sendo isso que está em causa aqui. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD),** usando da palavra disse não poder concordar com colocar em acta coisas que não se passaram na sessão da Assembleia Municipal de 21.09.2007.-----

-----Referiu depois que a proposta que o PSD apresentou oportunamente previa exactamente as taxas que estão actualmente em vigor, mas que a mesma não foi votada por culpa de alguns senhores do Partido Socialista que ameaçaram inclusivamente que se iam embora, dizendo que apenas votariam a proposta da Câmara ou abandonariam a sala e vindo agora dizer que não sabem o que é que votaram. Acrescentou ainda que está tão preocupado como os demais dizendo que estaria disponível para numa assembleia devidamente convocada para o efeito, vir ratificar aquilo que a Câmara informou para as Finanças, devendo isso constar da ordem de trabalhos. Acentuou que apenas manifesta essa disponibilidade por entender que essa informação da Câmara Municipal às Finanças, desconforme com a deliberação aqui tomada, não constituiu um desrespeito para com esta Assembleia, mas sim como uma má interpretação da lei. Quanto ao que se está aqui a tentar fazer, e que é proceder à alteração da acta, com isso não poderá

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compactuar. -----

-----**António Pereira Carvalho (P.S.):**-----

-----Disse ter ficado com a firme convicção de que a esmagadora maioria dos membros desta Assembleia ficaram com a sensação de que, em termos de IMI todas as taxas foram aprovadas excepto aquela que falava da alteração de 0,2% para 0,25%, considerando que foi só essa que esteve em discussão e que absorveu maior tempo de debate. Fez menção depois á proposta que o PSD apresentou e posteriormente retirou, dizendo que, esta fazia referencia exactamente ás taxas de 0,8% e 0,2%, tendo sido isso que veio a ser comunicado depois pela Câmara Municipal ás Finanças. Referiu-se depois ao parecer da CCDRC dizendo que até a elaboração dos pareceres não é tão cuidada como isso, pois este diz que, a aplicação das taxas pelo mínimo em caso de falta de comunicação ás Finanças da taxa fixada, se faz por força do nº 8 quando neste momento já é por força do nº 13, em virtude de alteração do CIMI. No entanto parece-lhe que, pelas palavras de António Manuel de Sousa Pires (PSD), pode haver uma solução conciliadora, achando que entre todos se pode encontrar a solução que venha ao encontro daquilo que efectivamente foi comunicado de boa-fé e que afinal foi o entendimento da esmagadora maioria das pessoas que estiveram aqui, e portanto dar suporte aos cálculos que foram feitos com base nessa convicção. Acrescentou ainda, só para se perceber como as redacções das actas podem ser confusas, disse ter na página 435, onde se diz, acerca da do requerimento votação que em vez de braço no ar passaria a ser por voto secreto, diz-se a determinada altura, que "*requeremos á mesa todas as votações a realizar nesta assembleia municipal* ", dizendo ficar, por saber se se estava a referir a esta assembleia Municipal (naquele dia), ou se se estava a referir a esta Assembleia Municipal (visando o futuro), acrescentado ainda ter ficado com a convicção nessa altura, que era para sempre. Fez ainda menção a, ainda na mesma página 435, quando o senhor Vice-Presidente no uso da palavra diz " ... e a sua forma de cálculo também se alterou, prevendo agora que seja calculado até 5% do lucro tributável..." corrigiu dizendo que não é 5% mas sim 1,5%.-----

-----**Vitor Louro Cordeiro (P.S):**-----

-----Interveio dizendo que foi um dos elementos que disse que a Assembleia apenas poderia aprovar ou reprová-la estando no entanto plenamente convencido de que se a mesma fosse reprovada, ficariam em vigor as taxas deste ano. Acrescentou ainda que pode ser grave ele desconhecer a lei, mas mais grave será o Presidente da Assembleia desconhecê-la, acrescentando que, se não a desconhece terá agido de má-fé, pois senão teria feito uma votação ponto a ponto, indo de encontro à proposta apresentada pelos seus colegas de bancada, uma vez que o que se pretendia nesta proposta, conforme intervenções que estão gravadas, era a fixação das taxas em 0,8%, 0,3% e 0,2%. Quanto à acta, disse que uma acta deve conter o espírito de tudo quanto se passou aqui e não aquilo que alguns pretendem ou que gostariam que se tivesse passado. Afirmou ainda que o Presidente da Assembleia, pelas posições que toma está de má-fé, dizendo ainda estar convencido, à semelhança do que disse António Pereira Carvalho, de que a esmagadora maioria dos presentes ficou convencido de que ficariam em vigor as taxas do ano anterior. -----

-----**José Jorge Couto Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse existir aqui um facto relevante e que é o executivo ter comunicado ás Finanças as taxas exactamente iguais ás que estão actualmente em vigor, presumindo que seria assim que se processaria, mas o que é facto é que a lei é incontornável, não se podendo presumir aquilo que a lei não diz. Referiu ainda que, lhe parece que o que está aqui a ser pedido, é que se transporte a responsabilidade dessa comunicação também para a Assembleia Municipal. Disse ainda que o IMI que vai ser cobrado em 2008, são as taxas que foram comunicadas, estando agora o executivo, que deveria ter convocado uma sessão extraordinária da Assembleia para deliberar sobre este assunto, com o problema de arranjar uma cobertura legal que sustente essa comunicação, uma vez que a Assembleia Municipal na anterior sessão apenas se limitou a chumbar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, não tendo fixado qualquer taxa. Nestes termos, o que a lei diz, é que nestes casos, se aplicarão as taxas mínimas previstas na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lei. Terminou dizendo que tudo o que se vier a fazer é extemporâneo, entrando-se numa discussão perfeitamente estéril, afirmando que aquilo que a mesa está aqui a fazer é simplesmente a cumprir a lei.-----

-----**Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de AIRE – P.S.):**-----

-----Usando da palavra, disse achar que a responsabilidade é da Assembleia Municipal, nomeadamente pelo facto de se ter aprovado a minuta da deliberação nas circunstâncias já referidas, acrescentando ainda ter ficado convencida de que as taxas de IMI a aplicar seriam as mesmas que estão actualmente em vigor. Disse ainda que não iria tão longe, como o fez Vítor Louro, dizendo que a mesa agiu de má fé, mas que a mesa na anterior sessão não esclareceu suficientemente os deputados municipais, nomeadamente no que diz respeito à aplicação das taxas mínimas em caso de não fixação de outras, nem o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação na especialidade, não tendo conduzido a sessão da melhor maneira. Fez-se a votação na generalidade e não foi esclarecida a Assembleia dos riscos que se estavam a correr. Terminou dizendo que, desta forma, se está a prejudicar um concelho inteiro, com guerras de “partidarites”.--

-----O senhor **Presidente da Câmara** usando da palavra disse que houve um grave lapso de escrita por parte da Secretária da mesa, Dr^a. Olga Silvestre, dado que a fixação do IMI não foi rejeitada conforme se refere na minuta da deliberação, acrescentando que a mesa da Assembleia Municipal não pode rejeitar pontos da ordem de trabalhos, ou se o fizer, terá que ficar em acta porque é que esse ponto foi rejeitado. Continuando, disse ser sua intenção pedir desde já uma certidão á minuta da acta, uma vez que esse assunto terá que seguir a sua tramitação normal, dado que não está a haver bom-senso.-----

-----Disse ainda que existe aqui uma ilegalidade da Assembleia Municipal que é a de não se ter posto a votação a proposta apresentada pelo executivo municipal, na especialidade, alegando que se isso tivesse sido feito, não se estava agora nesta situação, passando todo o concelho a ser penalizado no próximo ano, sendo que, toda a responsabilidade aqui é da mesa da Assembleia Municipal, que não soube conduzir os trabalhos. Disse ainda que, e atendendo a que os valores que foram comunicados á Direcção Geral de Finanças foram os do ano anterior, por ter sido isso que ficou implícito, apelou ao bom senso de todos os membros da Assembleia Municipal para a resolução deste problema que irá penalizar o concelho considerando tratar-se de mera politiquice a relutância em se tratar a questão, porque aquilo que a lei prevê é que a acta possa ser corrigida no caso de erro, porque senão, não valia a pena ser submetida a aprovação na sessão seguinte. Reiterou a sua convicção de que o que ficou aqui implícito, no espírito da maioria dos membros presentes naquela sessão, foi a aplicação do valor do ano anterior, tendo sido a comunicação sido feita de acordo com essa convicção.-----

-----Terminou dizendo que, o ponto 2 da ordem de trabalhos da sessão de 21.09.2007, não foi rejeitado conforme refere a minuta da deliberação, acrescentando que o que foi rejeitada foi a proposta posta a votação, dizendo ser fácil solucionar o problema, bastando para isso acrescentar, “...o ponto foi rejeitado, mantendo-se as taxas anteriormente em vigor.”.Isso bastaria, em sua opinião para sanar o problema que irá criar aqui um imbróglio a que a Câmara Municipal é alheia, dizendo que o único erro do executivo, foi aquando da leitura da minuta da deliberação, não ter reagido, argumentando que ás quatro horas da manhã ninguém tinha condições para ouvir o que quer que fosse. -----

-----Passou depois a palavra ao senhor **Vice-Presidente** que disse que este é um assunto que não só deveria merecer o consenso de todos, como também deveria ser objecto de desejo de todos, pela simples razão de que, todos aqueles que votaram, não votaram aquilo que ficou expresso no papel, desafiando quem quer que seja que estivesse presente na sala, que dissesse se alguém se recusou a fixar as taxas de IMI para 2008, sendo isso no entanto que ficou escrito, perguntando se não deveria ser o desejo de todos a reposição da verdade do seu sentido de voto. Disse ainda que da sua experiência resulta que uma das coisas mais correctas é rectificar na sessão seguinte a acta da sessão anterior, quando ela não corresponde à verdade, perguntando, se assim não fosse, para quê submeter a aprovação as actas das sessões anteriores. Perguntou ainda onde

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é que está a ilegalidade, quando o que está em causa é repor a verdade dos factos tal qual ela se passou na sala. Convidou os deputados municipais a disponibilizar a sua consciência livre e honesta para pôr em papel aquilo que era a sua vontade aquando da votação da proposta em causa, dizendo ser esta Assembleia plenamente competente. Não o querendo fazer, por uma birra de partidarite que disse se recusar a aceitar, continuou que não vale a pena sequer entrar-se na discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, tendo ainda esta Assembleia a obrigação de dizer à Câmara o que fazer em relação às taxas que comunicou para Lisboa. Disse ainda que a principal lei porque rege a sua conduta é a verdade e esta será reposta a favor do concelho, por uma acta que daqui saia e que diga verdadeiramente que a intenção da votação era a manutenção das taxas do ano anterior. Disse ainda que as Finanças já sabiam destas polémicas e que o que era necessário para confirmar as taxas que foram comunicadas seria um documento que suporte os valores informados, o que considera correcto, dizendo que, do seu ponto de vista, estão todos em condições para o fazer, tornando consonante aquilo que efectivamente aqui se passou com o que deverá ficar escrito, sendo essa acta o bastante para que as taxas que estão em vigor em 2007, transitem para 2008.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)**, respondendo aos membros do executivo municipal, disse que o ponto 2 da Ordem de Trabalhos da anterior sessão, era Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, passando a ler a minuta da deliberação "*o ponto acima referido foi rejeitado pela maioria dos votos acima referidos*", dizendo que a única alteração que a mesa está na disposição de fazer é a alteração de "**ponto**" para **proposta**, dizendo o senhor Presidente da Câmara não aceitar essa alteração. -----

-----Respondendo ao senhor Presidente da Câmara, Dr^a. Olga Silvestre disse que enquanto Secretária da Mesa faz aquilo que está na sua competência, acrescentando que não acredita que a Câmara não conheça aquilo que diz o artigo 112^o do Código do IMI, e que quando a proposta da Câmara é rejeitada aplica-se o que diz a lei. Terminou dizendo que a mesa não pode estar a substituir-se ao legislador e que lhe compete zelar pela legalidade das propostas apresentadas. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse que também queria intervir para dizer que nem a mesa nem o Presidente da Assembleia estão de má-fé querendo que isso fique aqui realçado. Por outro lado, a mesa não se está a pronunciar sobre o IMI, mas sim sobre a formalidade daquilo que aconteceu na última Assembleia Municipal, dizendo que gostava de recordar, tanto que não esta de má-fé, que no dia 21.09.2007, houve uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, que deu origem a todo este problema; no dia 24 do mesmo mês, o Presidente da Assembleia Municipal, porque teve dúvidas, pediu dois pareceres sobre a questão do IMI, sendo um á Associação Nacional de Municípios Portugueses e outro á Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Centro, sobre quais seriam as taxas, face ao que tinha acontecido na última sessão da Assembleia, a aplicar no concelho de Porto de Mós para ano de 2008. No dia seguinte, deu conhecimento ao senhor Presidente da Câmara e aos líderes das bancadas dos partidos representados nesta Assembleia, desse facto, comprovando-se que não estava realmente de má-fé. -----

-----No dia 16.10.2007, a ANMP enviou o parecer que elaborou e que deu entrada nestes serviços em 22.10.2007. Mais uma vez, como não estava de má-fé, o Presidente da Assembleia informou todos os membros desta Assembleia e todos os vereadores desta Câmara Municipal, incluindo o seu Presidente, do teor desse parecer. Portanto, desde 22 de Outubro, muito antes de 30 de Novembro, que todos os senhores deputados, vereadores e Presidente da Câmara, tiveram conhecimento do primeiro parecer e ele não deixava dúvidas, disse, dizendo ainda que se absteria de o voltar a ler, e que o mesmo dizia claramente que se deveria convocar outra assembleia para a fixação das taxas. Disse ainda que o Presidente da Assembleia não tem que convocar sessões extraordinárias para fixação da taxa do IMI, tem que as convocar sob proposta da Câmara Municipal. Acrescentou ainda que, o que se está aqui a tratar é de uma proposta diferente daquela que foi originalmente proposta, pelo que sendo diferente, terá que ir primeiro a reunião de Câmara e só depois a discussão na Assembleia Municipal. Disse ainda que nunca lhe foi solicitada a convocação, com base numa nova proposta, de uma assembleia extraordinária. Realçou mais uma vez que a mesa não se está a pronunciar sobre a questão do IMI, pelo que, o que a mesa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propõe, é alterar *ponto para proposta* que foi rejeitada.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** pediu novamente a palavra, para dizer que o pedido de parecer feito pelo Presidente da Assembleia não traduziu pormenorizadamente o que se passou nesta Assembleia, pelo que a resposta que o mesmo dá é genérica e abstracta, dizendo ainda que perguntou apenas, se a Assembleia não fixar o IMI o que é que acontece, e que obviamente a resposta só poderia ser, aplique-se a lei. Terminou dizendo que nunca teve dúvidas e que portanto nem sequer se preocupou com esta questão e que se o Presidente da Assembleia tinha dúvidas, seria ele que deveria ter convocado essa Assembleia, acrescentando no entanto pensar que o não poderia fazer, pois o mesmo assunto não poderia ser apreciado e votado duas vezes.-----

-----Houve ainda um pedido de intervenção por parte de um membro da bancada do PSD - Luís Manuel Coelho de Almeida, não lhe tendo o senhor Presidente da Assembleia cedido a palavra, por ter considerado que a discussão estava encerrada e que o membro acima citado, não se tinha inscrito oportunamente para falar, tendo-se insurgido contra esse facto, o senhor Presidente da Câmara.-----

-----Assim sendo, **foi posto a votação o conteúdo da acta, tendo a mesma sido reprovada por 13 votos contra, 10 abstenções e 8 votos a favor.** -----

-----**José António Calado (PSD)** fez uma declaração de voto, recomendando que em termos do Regimento se terão que fazer algumas alterações melhorando-o, para que situações destas não aconteçam, porque as minutas são aprovadas no fim das sessões. Acrescentou ser seu entendimento que as minutas não devam ser aprovadas em minuta no fim das sessões, devendo ser aprovadas no espírito da discussão e serem elaboradas depois de serem ouvidas as gravações porque se está sempre sujeito a que aquilo que aconteceu aqui, volte a acontecer. Referiu ainda que as propostas devem ser sempre votadas na especialidade e na generalidade, propondo que se crie uma comissão em termos de Assembleia Municipal, para rever estas situações regimentais e para que estas situações não voltem a acontecer. -----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP)**, dirigindo-se á mesa da Assembleia Municipal, perguntou se as declarações de voto podem ser orais ou se têm que ser por escrito, tendo-lhe sido respondido que podem ser orais. Referindo-se á declaração de voto efectuada pelo anterior interveniente disse que para se fazer o que ele aqui disse teria que se proceder a uma revisão do Regimento e que em mandatos anteriores as declarações de voto eram feitas por escrito. Referindo-se depois ainda á questão da fixação das taxas de IMI para vigorarem em 2008 no concelho de Porto de Mós, disse que não vale apenas estar-se aqui a atribuir culpas seja a quem for, porque nesta questão todos erraram, porque todos aprovaram uma deliberação sem se ter a noção do que estava a ser aprovado. Dizendo acreditar que ninguém aqui estava de má-fé, propôs que aqui e agora se chegasse a um consenso por forma a não se prejudicar o concelho e sem dar espectáculos lamentáveis, á semelhança do que aconteceu aqui durante a ultima sessão desta Assembleia.-----

-----**Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire - P.S.)**: disse querer também fazer uma declaração de voto, referindo que votou contra o conteúdo da acta e que a partir de agora deixa de sentir qualquer responsabilidade no caso de as taxas de IMI irem para o mínimo, porque houve suficientes intervenções acerca da forma como a situação poderia ser resolvida rectificando o texto da acta.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** suspendeu os trabalhos da Assembleia Municipal por cinco minutos para a mesa reunir e chegar a uma decisão sobre o assunto. -----

-----Retomando os trabalhos, pediu a palavra Fernando Manuel Marques Amado (P.S.), dizendo que na sequencia da rejeição da acta referente á anterior sessão, a bancada do Partido Socialista voltou a apresentar uma proposta de rectificação da mesma á mesa, que o Presidente da Assembleia Municipal passou a ler, e que fica devidamente arquivada nos serviços administrativos desta Assembleia, posto o que declarou que, tendo sido ouvidos os três lideres de bancada dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

partidos representados na Assembleia, formalmente, a mesa não aceita esta proposta de alteração ao conteúdo da acta, tendo o primeiro proponente dito que, decide assim submeter essa proposta de alteração á Assembleia Municipal. Devolvendo assim á Assembleia Municipal a decisão de apreciar este conteúdo da acta, o senhor Presidente da mesma, perguntou se alguém mais se queria pronunciar sobre esta questão, antes essa proposta ser posta a votação.-----

-----Pedi a palavra **Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso/PSD)**, para referir que já era entendimento do PSD na altura, que as taxas se deveriam manter para o ano de 2008, iguais ás que estão neste momento em vigor pelo que irá votar favoravelmente essa alteração, como forma de se ultrapassar esta situação. -----

-----Foi **então posta a votação esta proposta de alteração da acta, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 23 votos a favor, 9 abstenções e 2 votos contra.** -----

-----Seguidamente foi novamente posto a votação o conteúdo da acta, já com a alteração acima referida introduzida, sugerindo ainda o senhor Presidente da Assembleia que se corrigissem também as deficiências apontadas por António Pereira Carvalho (P.S.), bem como a que foi apontada também por Célia Cristina Almeida e Sousa (P.S.), quando o senhor Vice Presidente se refere á entrada em vigor do IMI, que não é em 1 de Janeiro de 2004, mas sim em 1 de Dezembro de 2003. Também António Pereira Carvalho disse que na página 437, quando se fala na Presidente da Junta de Mira de Aire, esta não é PSD mas sim PS. Assim **foi a acta da sessão anterior, com as alterações acima referidas introduzidas, aprovada por maioria com 8 abstenções.** -----

4. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Congratulou-se com a sessão temática que teve lugar no passado dia 14 de Dezembro no Cine-Teatro de Porto de Mós, e que foi levada a cabo por um grupo de trabalho que saiu aqui desta Assembleia, parabenizando as quatro pessoas que constituíam este grupo.-----

-----Referiu depois que disse publicamente que iria questionar o senhor Presidente da Câmara sobre o Centro de Saúde e Posto Médico do Juncal, mas que neste momento isso já não faz muito sentido atendendo á conferência de imprensa que se teve lugar para esclarecimento desse assunto, limitando-se apenas a deixar aqui duas pequenas notas, dizendo que a perda de verbas que aconteceu com o Centro de Saúde do Juncal, só é possível ter acontecido, por se ter chegado a um ponto de falta de diálogo e falta de acompanhamento em pormenor, daquilo que estava a acontecer. De um lado, disse, haver uma Junta de Freguesia que outrora se comprometeu a arranjar o terreno para a construção dessa infra-estrutura, sabendo que não tinha capacidade para comprar esse terreno se o mesmo não fosse doado, e por outro lado a Câmara também se deveria ter apercebido que a Junta de Freguesia do Juncal não tinha capacidade para aquisição do terreno, pelo que ela própria também deveria ter agido antes de se ter chegado á situação de perda das verbas, tendo sido a freguesia a sair prejudicada pela falta de diálogo entre as duas autarquias. -----

-----Fez ainda referencia ás palavras do Presidente da Junta do Juncal, durante a referida conferência de imprensa, que se comprometeu a arranjar um terreno para a implantação do Centro de Saúde, realçando no entanto a dificuldade que isso representará uma vez que, face ao PDM, isso se revela extremamente difícil, questionando o senhor Presidente da Câmara sobre a situação daquele Plano. Fez depois referencia a uma rotunda no Juncal, a primeira de quem vem da A8 e entra no concelho de Porto de Mós, e ao estado lastimável em que se encontra, solicitando uma intervenção no sentido de ser embelezada, propondo que lá se colocassem as velhas mós que estavam aqui na rotunda de Porto de Mós. Referiu-se ainda ao muro da Boieira dizendo que não irá satisfazer as necessidades porque está muito baixo. Terminou perguntando sobre o TGV, por ser uma preocupação muito grande de uma parte da freguesia do Juncal. Fez ainda menção ao concelho de Alcobaça que criou um movimento para tornar visível o seu descontentamento e discordância relativamente ao traçado do TGV que atravessa aquele concelho. Aquele traçado tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuidade no concelho de Porto de Mós, pelo que questionou a Câmara se está a apoiar este movimento e se o integra, ou se apenas está a deixar andar o problema ao sabor do tempo.-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (PS):**-----

-----Congratulou-se, pela realização da Sessão Temática da Assembleia Municipal de Porto de Mós, salientando o longo caminho que ainda há a percorrer ao nível das acessibilidades e à igualdade de oportunidades a que todas as pessoas têm direito. -----

-----Referiu-se depois à temática da violência e ao clima de insegurança que actualmente os cidadãos vivem, sendo um assunto que deve estar nas preocupações do executivo e nas prioridades do Conselho Municipal de Segurança, propondo a criação de uma Comissão aqui na Assembleia Municipal, com vista ao debate deste tema. Salientou a degradação ao nível da segurança de existe em Porto de Mós, sendo gritantes os níveis de insegurança, de consumo de álcool junto aos estabelecimentos de ensino e ainda a toxicodependência que tem sofrido um acréscimo significativo, sendo fundamental exercer alguma pressão ao nível das instancias competentes para que se possam combater estes flagelos sociais. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes, congratulando-se com as excelentes intervenções que ambos fizeram, e que vêm de encontro ao que os eleitores desejaram quando os elegeram, governar e melhorar o concelho. -----

-----Relativamente à Assembleia temática disse concordar com os anteriores intervenientes dizendo ter sido o primeiro a parabenizar o senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo êxito alcançado. Foram ai feitos alguns desafios à Câmara de Porto de Mós, tendo alguns deles se transformado em intenções, nomeadamente no que se refere às acessibilidades dos passeios para as cadeiras de rodas, devendo começar no princípio do ano essa implementação. -----

-----Quanto ao posto médico do Juncal, depois de muita coisa escrita e falada, algumas delas sem qualquer nexos, disse ter vindo a dialogar de muito perto com a Junta de Freguesia acerca desse assunto estando a aguardar uma reunião em que participará também o senhor Presidente da Junta, com o Presidente da Administração Regional de Saúde em Coimbra. -----

-----Relativamente ao PDM, referiu que efectivamente o Juncal é uma das suas preocupações passando a referir algumas diligências efectuadas junto da CCDRC, a fim de tentar desbloquear aquela situação que não está nada fácil, uma vez que a vila do Juncal não tem por onde se expandir, dado que está circundada por Reserva Agrícola de um lado, por Reserva Ecológica do outro e por Zona de Reservas Extractiva do outro, sendo que, em nenhum destes ecossistemas se pode construir.-----

-----Quanto à rotunda referida por Luís Almeida, disse achar que o Juncal merece mais do que a colocação das mós que foram removidas da rotunda de Porto de Mós, concordando com o embelezamento da rotunda e dizendo ser uma obra em que a Câmara Municipal poderá dar uma ajuda à Junta de Freguesia. Fez depois menção à outra rotunda à entrada da vila do Juncal de quem vem do lado da Cruz da Légua, referindo estar a ser feito um projecto de arranjo paisagístico daquele local.-----

-----Relativamente ao muro referido por Luís Almeida concordou, dizendo que terá se ser alteado, o que sucederá no princípio do ano. -----

-----Quanto ao TGV e ao movimento que contesta a sua passagem por Alcobaça e Porto de Mós, disse que tinha aderido ao mesmo, tendo sido convidado pela senhora que o lidera. Acrescentou ainda que o traçado do TGV estará em princípio dependente da implantação do aeroporto, que deverá passar para Alcochete.-----

-----No que se refere à temática da segurança abordada por Fernando Amado, disse que essas são situações preocupantes, tanto em termos de álcool como em termos de droga, salientado a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acção que a ASAE tem vindo a desenvolver na vila de Porto de Mós, tendo já intervindo junto de alguns cafés desta vila por venda de álcool a menores. -----

5. PERIODO DA ORDEM DO DIA: -----

5.1. *Aprovação das Grandes Opções do Plano para o Ano de 2008 e 2. Aprovação do Orçamento para o Ano de 2008;*-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que, face à ligação de ambos os pontos da ordem de trabalhos, os mesmos fossem discutidos conjuntamente. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse que este era o ponto mais importante da ordem de trabalhos dado que condiciona todas as obras no concelho de Porto de Mós para 2008. Acrescentou que acerca das Grandes Opções do Plano se manifestaria depois o senhor Vice-Presidente, referindo que todo o trabalho que aqui está feito ao nível do Plano e do Orçamento se deve a ele e ao empenho e dedicação que pôs nessa realização. -----

-----Passou depois a enunciar algumas coordenadas para a actuação da Câmara Municipal no ano de 2008 e que constam do Anexo ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de Actividades para 2008, anteriormente distribuída pelos membros da Assembleia Municipal passando a referir algumas das obras que reputa de especial importância para o Concelho destacando a importância da valorização e recuperação dos edifícios propriedade da Câmara, nomeadamente no que se refere ao cine-teatro de Porto de Mós, em que é necessária uma rápida intervenção. -----

-----Fez menção depois à verba significativa que está atribuída à protecção civil e que tem a ver com a helipista de Alcaria, continuando a insistir para que esta infra-estrutura venha a ser dotada de condições para apoio a bombeiros e/ou GNR. Mencionou ainda o apoio previsto para aquisição de viaturas para os bombeiros voluntários que este ano será atribuído aos Bombeiros de Porto de Mós, uma vez que nos anos anteriores foram os bombeiros de Mira de Aire e de Juncal os contemplados e Porto de Mós já não recebe um subsidio desde 1999.-----

-----Referiu-se depois às verbas atribuídas aos Jardins-de-infância, salientando a aquisição do terreno para a construção do Jardim-de-infância da Cruz da Léguas, bem como a construção de uma sala de refeições na Cumeira de Cima. Referiu ainda a creche das Pedreiras cuja construção já teve início, sendo totalmente comparticipada pela Câmara Municipal e pelo Programa PARES. Mencionou ainda que também existe uma verba para a CERCILEI, uma vez que, finalmente, está desbloqueado o processo da CERCILEI no Programa PARES no antigo matadouro de Porto de Mós, estando a obra já a concurso. -----

-----Salientou depois a rubrica simbólica para a aquisição do terreno para a extensão de saúde do Juncal, esperando para ver como se desenrolará todo o processo. -----

-----Mencionou ainda, relativamente ao Ordenamento do Território as verbas destinadas a contemplar o Plano de Pormenor de Salvaguarda de S. Jorge, dizendo que se estão a envidar esforços no sentido da redução da área especial, dizendo que aquilo que a Câmara está a propor é que o Plano de Pormenor abranja toda a área que está classificada, mas que dentro dessa área se consigam retirar três ou quatro pedaços, de modo a que estes não careçam de parecer nem do IPPAR nem de outras entidades, nem de acompanhamento arqueológico, sendo isso que está previsto no âmbito do protocolo que foi assinado com o Ministério da Cultura. -----

-----Deu ainda especial ênfase as verbas afectadas ao saneamento de Mira de Aire, dizendo que irá ser uma das grandes obras de 2008, realçando a necessidade de cumprir metas em termos de saneamento, porque se não se conseguir fazer uma grande intervenção em Mira de Aire, não se conseguirão fazer cumprir as metas mínimas que somos obrigados a ter em 2013, altura em que o concelho terá estar servido entre 80 e 90% em termos de saneamento e cerca de 95% em termos de abastecimento de água, sob pena de virmos a ser penalizados. Acrescentou ainda que irá ser uma obra com uma grande participação por se tratar de uma obra prioritária em termos de Quadro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Referencia Estratégico. -----

-----Chamou depois a atenção a uma rubrica que tem 05 à frente e que tem a ver com as obras, já aqui anteriormente mencionadas, e que foram efectuadas sem qualquer tipo de concurso. Referiu ainda que os processos correm os seus trâmites no tribunal porque os empreiteiros não tinham outra alternativa para receber o dinheiro por parte da Câmara Municipal, porque na prática esses montantes ascendem a 200 mil contos. Disse ainda que se está a chegar a acordo com os empreiteiros, e que o ultimo acordo que veio a ser feito foi o do pagamento de metade do valor em 2008 e a outra metade em 2009, sem quaisquer juros e sem revisão de preços. Fez ainda referência a que neste orçamento está implícita a contracção de um empréstimo que já foi aprovado pela Câmara e que virá à Assembleia de Fevereiro, e que se destina a fazer face a este encargo, dado que não se podem condicionar os investimentos de 2008 ao pagamento dessa verba.-----

-----Fez depois menção à conduta de água do Tojal que será fundamental, no caso de se aderir às Águas do Mondego, conforme está previsto, pois será por ali que se farão as grandes entradas de água no concelho de Porto de Mós. Falou ainda de uma das grandes prioridades do executivo, que é o abastecimento de água a Alqueidão da Serra, realçando as perdas que se verificam naquele sistema e que se cifram em cerca de 60 a 70% pelo que é urgente intervir, remodelando a conduta de Alqueidão da Serra. -----

-----Chamou ainda a atenção acerca da Casa da Cultura de Mira de Aire, referindo que este é um projecto que vem do anterior executivo tendo sido adaptado, sendo que fazia parte do manifesto eleitoral tanto do P.S. como do P.S.D., pelo que se irá avançar com a obra assim que o processo venha visado do Tribunal de Contas. -----

-----Referiu a Ecovia – Percurso Pedonal – Caminhos de Ferro – Porto de Mós, passando a explicar que este projecto consiste em transformar a antiga linha ferroviária da Bezerra num percurso acessível a peões, cavalos e bicicletas, não sendo autorizados veículos motorizados, e dizendo ser intenção da Câmara candidatar-se a apoios tendo uma equipa projectista contratada para a fazer, estando aqui já contemplada com um valor. -----

-----Relativamente à Zona Industrial de Porto de Mós, referiu que estão todos os lotes vendidos estando em espera várias empresas à espera de lotes para se poderem instalar no concelho. Também a Zona Industrial do Juncal já tem grande parte dos lotes vendidos, estando-se aí também já numa fase adiantada de ocupação de lotes esperando o aparecimento de obras dentro de pouco tempo. -----

-----Relativamente à ligação entre a Mendiga e S. Bento disse haver um problema com o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros tendo sido encetadas diligências no sentido da resolução do problema, indo, se necessário for reunir com o Senhor Secretário de Estado uma vez que o ICN está a inviabilizar o alcatroamento da estrada. -----

-----O senhor **Vice-Presidente** de posse da palavra, fez uma breve análise acerca do orçamento chamando a atenção dos presentes para o anexo explicativo que integra os documentos que estão hoje para aprovação da Assembleia Municipal. Passou depois a dizer que o presente Orçamento fica marcado por um aumento significativo relativamente ao Orçamento para 2007, sendo uma das razões para isso o QREN, não se podendo deixar de aproveitar a oportunidade de candidaturas a esses fundos. Outro factor que também vai puxar para cima este Orçamento, são as obras de 2005 não adjudicadas e/ou contratualizadas, a que se faz referencia no anexo acima mencionado, a páginas 7 e 8. Outro factor, é o facto de se estar a assistir a um aumento da despesa corrente onde a Câmara Municipal, tem muito pouco controlo, pois depende de variantes que não estão nas nossas mãos, estando devidamente identificadas. -----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge (PSD):**-----

-----Referindo-se ao saneamento de Mira de Aire, disse que a verba afectada não é tão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

significativa assim, dado que urge avançar com essa obra passando a tecer alguns comentários acerca desse assunto, dizendo que em pleno século XXI não se entende uma vila daquelas sem saneamento.

Vitor Louro Cordeiro (P.S.):

Referiu-se às obras efectuadas em 2005 sem contratualização, dizendo que a resolução do problema por esta via, pela Câmara Municipal, foi o processo mais correcto, salientando que se deve ter em atenção o empréstimo que será necessário fazer para que não se afectem todo o conjunto de obras a que poderemos eventualmente ter acesso, nomeadamente através do QREN.

Regozijou-se também pelo projecto da Ecovia, que considera um cartão de visita para o concelho de Porto de Mós.

Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):

Interveio para dizer que se trata de um Plano muito ambicioso, referindo o facto de a Ponte de S. Pedro ir ser toda reestruturada, sendo o financiamento feito por dinheiro da Administração Central, resultado das belíssimas negociações que foram feitas e cujo mérito, disse, caberia quase integralmente ao senhor Presidente da Câmara.

Chamou ainda a atenção pelo facto de o senhor Presidente da Câmara se preocupar com alguma racionalidade, ou seja, primeiro o saneamento básico e depois alcatrão, dizendo que no final do ano de poupa muito dinheiro. Finalmente, disse, uma obra que lhe é especialmente grata, por achar a Barrenta uma aldeia especialmente bonita do nosso concelho, é o alcatroamento da estrada que serve aquela localidade.

José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD):

Disse que os documentos que se estão aqui a analisar têm a ver com as opções que o executivo fez e que gostaria de comentar aqui três pontos essenciais, tendo um a ver com a Casa Velório de Porto de Mós, vincando a necessidade dessa obra para a vila de Porto de Mós e a que todos são sensíveis, perguntou se já há uma localização concreta para a implantação dessa obra, uma vez que as freguesias da vila (S. Pedro e S. João Baptista) nunca foram ouvidas em todo este processo.

Relativamente ao campo de futebol com relvado sintético perguntou, dizendo entretanto que embora nunca o tenha considerado como obra prioritária, é uma opção, o que é que se pensa fazer relativamente ao actual campo pelado, junto do relvado, que utilização e destino vai ter aquele campo de futebol se vai ficar ao abandono ou se já há algum projecto definido para lá.

Referiu-se ainda à questão da promoção do turismo na vila de Porto de Mós, dizendo que está contemplada uma verba de apenas 0,9% para esse efeito, considerando-a manifestamente insuficiente, numa altura em que essa é uma bandeira de todas as regiões.

Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – P.S.):

Parabenizou o executivo pelo rigor, transparência e explicações que apresentaram acerca destes dois documentos, e agradecer o facto de não quererem mentir uma vez mais à população de Mira de Aire, relativamente à Casa da Cultura, lamentando que um dos vereadores natural de Mira de Aire, da lista do PSD, tenha votado contra na reunião de Câmara afirmando que não é uma prioridade para Mira de Aire. Agradeceu portanto ao executivo em nome da população de Mira de Aire.

António Manuel Sousa Pires (PSD):

Referiu que esta é a primeira vez que tem acesso às obras não contratualizadas, efectuadas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em 2005, e que para si o assunto está encerrado.-----

-----Referindo-se ao Orçamento disse que este documento está muito empolado. Disse ainda que o senhor Vice-presidente agora reconhece que não é fácil controlar as despesas correntes. Neste Orçamento, se se retirar o empolamento que possa estar aqui por causa do QREN, as despesas de investimento ficam reduzidas a 39%. Disse ainda que, face ao que já aqui foi dito acerca do saneamento e das consequências da falta dele, acha que a verba que foi afectada para essas intervenções é irrisória.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que a verba que está prevista no orçamento para saneamento, é de quatrocentos mil euros para o ano de 2008, o que significa em termos de investimento, tendo em conta o financiamento com o qual se está a contar, que equivale a um investimento muito próximo dos dois milhões de euros. Acrescentou ainda que não tem a veleidade de pretender realizar o saneamento da vila de Mira de Aire num ano, e que portanto se trata de uma obra que se fraccionará no tempo.-----

-----A **Vitor Louro Cordeiro** respondeu que o projecto para o espaço verde foi feito pelo GAT referindo que dentro de dias vão seguir as cartas convidando as empresas em conformidade com a lei.-----

-----Relativamente às palavras de **Maria Antonieta Mariano**, disse que felizmente as negociações para alargamento da Ponte de S. Pedro correram bem principalmente tendo em conta que tomou posse uma nova administração das Estradas de Portugal, e que o processo se havia iniciado com a anterior, pelo que subsistia um certo receio. No entanto também esta Administração achou que se tratava de uma obra urgente e imprescindível.-----

-----Quanto a **Gabriel Vala**, respondeu que as opções feitas não são apenas do executivo porque também derivam de uma conversa havida com os senhores Presidentes de Junta. Quanto à Casa Velório de Porto de Mós, disse ser sua intenção reunir com as Juntas de Freguesia para, de uma vez por todas, se encerrar a questão. Quanto ao antigo campo de treinos, disse não haver qualquer projecto para aquele espaço, sendo certo no entanto, que não se poderia perder aquela oportunidade de financiamento, acrescentando que lhe daria razão se aquela obra fosse totalmente paga pelos cofres da Câmara, mas a grande parte do investimento é feita pelo Estado.-

-----Relativamente às críticas sobre a verba diminuta afectada ao turismo, disse que não se pode interpretar como está ali, dado que muitos outros investimentos, como o da Ecopista ou o Campeonato Nacional de Corta Mato, por exemplo, têm efeitos reflexos sobre o turismo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a palavra ao senhor **Vice-presidente** que passou a falar sobre o empolamento do Orçamento tendo este declarado que o grau de execução orçamental só se consegue aferir em Abril de 2009 em função dos valores de investimento realizados em 2008, comparando isso com os valores estimados. Acrescentou ainda que se está a estimar em função de objectivos que não são verdadeiramente reais nesta altura, mas sim em função de expectativas criadas pelo programa QREN .-----

-----Relativamente à despesa corrente disse não ter afirmado que esta tinha aumentado, disse sim da dificuldade da Câmara conseguir controlar alguma despesa corrente. Disse ainda que subscreve tudo quanto disse e escreveu acerca da conta corrente tendo acrescentado que alguma coisa foi feita uma vez que em 2006 foi aprovada aqui uma conta de gerência em que a despesa corrente não só não aumentou de acordo com o índice inflacionário como também desceu cerca de 4%. Referiu ainda que o facto de se fazer investimento, também arrasta despesas correntes.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usou da palavra para solicitar ao executivo que forneça aos membros da Assembleia, relativamente às obras efectuadas em 2005 sem adjudicação, uma vez que consta a página 7 do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anexo ao orçamento que está em curso uma fase negociada onde haverá uma redução do capital reclamado e anulação dos juros, e uma vez que o executivo vai fundamentar o pedido de empréstimo de 600 000 euros nessa obrigação, que lhes forneça o valor da transacção ou seja, qual o valor acordado com cada uma das empresas e as condições de pagamento. -----

-----**António Pereira Carvalho (P.S.):**-----

-----Usando da palavra passou a fazer uma breve análise dos documentos apresentados que estão para aprovação, terminando por dizer que as escolhas efectuadas pelo executivo estão bem equilibradas e tendo em conta que a realização de algumas dessas escolhas estão dependentes de eventuais apoios a receber, entende que os documentos em apreço devem ser votados favoravelmente. Fez ainda uma breve referencia ao empolamento previsível do presente orçamento, dizendo que existem três elementos que é necessário ter presente para se poder medir o empolamento, que estará eventualmente em ambos os ramos, quer das despesas quer das receitas do presente orçamento. No que se refere ao QREN, para poderem existir candidaturas, os projectos tem que ser previamente aprovados, pelo que considera inteligente integrar projectos que podem ser realizados caso haja participação externa para a sua realização. Neste sentido, é desejável que se incluam diversas obras que poderão vir a ser realizadas caso venham a haver apoios públicos, concluindo que, sem candidaturas é que não se poderão ter esses apoios. Outro elemento influenciador são as situações que estão em tribunal e para cuja cobertura se propõe um empréstimo de 600 000 euros a realizar em 2008. Outro factor de empolamento será o derivar da Lei , de maiores atribuições para a Câmara Municipal, que por ter mais actividades terá necessariamente mais custos. Por tudo o que expôs, disse que votaria favoravelmente os documentos em apreço.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Começou por dizer que o senhor Vice-Presidente fez várias comparações entre o Orçamento para 2008 e o Orçamento de 2007, na introdução aos documentos em apreço, dizendo que aqueles não são comparáveis, entre outras razões pela questão do QREN. Passou depois a fazer uma análise comparativa entre os orçamentos dos anos anteriores e este que está para aprovação. Concluiu dizendo que a Câmara não tem uma estratégia definida nem uma linha de rumo contínuo, e ilustrando referiu, que, num ano há Central Termo eléctrica e noutro ano contempla – se o Multisusos, no Juncal por exemplo, num ano há Salão Paroquial e noutro ano há Casa dos Calados. Fez depois referência às declarações que proferiu no ano passado nesta Assembleia que estão em acta e que passou a citar “*olhando para o orçamento até se vê previsão de obras importantes mas quem nos diz que daqui a um ano estas verbas não serão afectas a outras obras? E é isto que nos faz ficar apreensivos quanto a um orçamento em que a linha estratégica não se mantém*”, dizendo que parecia que estava a adivinhar, e que assim sendo nem vale a pena fazer PPI's, porque não são para cumprir. Referiu ainda que a freguesia do Juncal no Orçamento aparece sempre como das primeiras beneficiadas, mas depois na prática, isso não acontece, porque há dois pesos e duas medidas. Há determinadas verbas para determinadas freguesias que se mantêm, coisa que não acontece para o Juncal. No ano passado quando aqui foi aprovado o Orçamento para 2007 e linhas genéricas para 2008 e 2009 a Casa Calados tinha afectada uma verba de um milhão cento e sessenta mil euros e no orçamento deste ano aparece uma verba só de duzentos mil euros, pelo que foram desviados novecentos e sessenta mil euros dessa obra para outro lado que não a freguesia do Juncal. São pois essas situações que o levam a pensar disse, que existe falta de consistência no executivo. Comentou ainda que a freguesia do Juncal está descontente e referiu que a Junta de Freguesia tem pouca capacidade financeira para fazer alguma coisa de estruturante pelo que resta a Câmara Municipal concretizar aquilo que põe em orçamento.-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.P.),** disse que iria votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2008, porque o executivo apresenta vertentes de desenvolvimento que começam a tomar forma e são as únicas através das quais este concelho pode criar mais valor para as pessoas, quer no tecido económico, quer no tecido comercial, quer para a própria sociedade civil. Disse que se falou aqui de turismo e que este tinha pouco

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento e não concordando com essas afirmações, disse que é fundamental que se arranjam pontos de fixação das pessoas em Porto de Mós, como um Jardim Municipal, que irá dar outra dignidade à vila e conseqüentemente ao concelho. Concordou que há muito a fazer ainda, mas a linha estratégica deste executivo, começa a dar os seus frutos. Fez depois uma breve referencia á Casa Velório de Porto de Mós, dizendo que não tem duvidas de que é para avançar e fazendo também menção àquilo que está por detrás da precariedade da actual Casa Velório, referiu-se também à recuperação que tem vindo a ser feita das suas antigas instalações e que estão a ser convertidas num centro de fisioterapia que irá servir a população do concelho e que dignificaria qualquer localidade em que estivesse instalada.

-----**José Jorge Couto Vala (PSD):**-----

-----Intervelo para referir que a grande bandeira deste mandato foi deixada cair - rigor, sustentabilidade e desenvolvimento - fazendo menção ao aumento de 11% das despesas correntes, depois do que foi dito acerca do anterior executivo por via das mesmas.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Acerca do Orçamento referiu o já comentado empolamento daquele, razão pela qual não fará mais comentários a esse respeito. Referiu-se depois ao Plano de Actividades que volta a assentar mais uma vez em ideias e promessas soltas, considerando um erro que tem vindo a ser reiteradamente cometido. Lembrou a todos que, nos últimos catorze anos, são cerca de sessenta a setenta milhões de euros de capital que passaram pela Câmara de Porto de Mós e também por esta Assembleia. O modelo dos Planos nessa altura eram o mesmo do Plano que está hoje aqui para aprovação, considerando que o cerne da questão é esse. Acrescentou ainda que se fala aqui de pensar para a frente, e pensa-se para a frente os empréstimos, as dividas a fornecedores, pensam-se promessas soltas questionando porque é que não se pensa este concelho para os próximos anos. Se este modelo está errado a Câmara deve tentar corrigi-lo e motivar esta assembleia a pensar mais o concelho. O que acontece é que cada vez mais os outros concelhos vizinhos se estão a distanciar de nós.

-----O senhor **Presidente da Câmara** disse que iria deixar para o senhor Vice-Presidente as questões técnicas, e respondendo ao anterior interventente, disse que ele tinha o condão de fazer obras sem dinheiro ao contrário do que se passa com a Câmara Municipal. Disse ainda que neste momento há obras a decorrer em todo o concelho, passando a enumerar algumas, nomeadamente no Bairro do Carrascal e convidando-o a passear pelo concelho para constatar isso mesmo.

-----Quanto à intervenção de **Fernando Amado** concordou com ele relativamente às obras que estão a ser efectuadas no antigo Centro de Saúde, dizendo que infelizmente isso implica algumas contrariedades, mas é uma situação temporária, que pensa estar resolvida brevemente.

-----A **Luís Almeida** o senhor Presidente disse que, tanto quanto sabe, ele foi eleito numa lista para a Assembleia Municipal e não para um órgão da freguesia do Juncal, perguntando-lhe se a obra para Mira de Aire não é também para o concelho de Porto de Mós. Quanto ao Pavilhão Multiusos e à Central termoeléctrica só serão levados a efeito se houver financiamento, porque Porto de Mós, tem outras prioridades. Acrescentou ainda que ele se havia esquecido de falar do desenvolvimento económico do concelho nomeadamente da zona industrial de Porto de Mós, convidando-o a visitá-la, dizendo que em dois anos se fez tanto ou mais na zona industrial de Porto de Mos como se fizeram nos anteriores vinte anos, sem quaisquer tipos de apoios. Terminou dizendo que não vale a pena pensar em "court" de ténis e pavilhões multiusos, se não houver emprego em Porto de Mós, dizendo que essa é que é a sua bandeira.

-----Referiu ainda que, o Presidente da Assembleia de Freguesia do Juncal disse há pouco tempo, na presença de jornalistas que o Juncal tem as obras do século, relembrando que no ultimo mandato se fizeram duas obras – alcatroamento do Andam/Picamilho e a ampliação da escola de Casais Garridos – esta ultima já paga durante este mandato, passando depois a enumerar as obras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que durante este mandato tem levado a efeito naquela freguesia, tais como o pavilhão polidesportivo, a casa velório entre outras.-----

-----A **Olga Silvestre** respondeu que de toda a listagem que está no anexo, apenas ainda se negociou com uma empresa, Manuel Gomes António, tendo assumido em tribunal pagar 50% da dívida em Janeiro, sendo restante pago em 2009, não havendo lugar ao pagamento de juros de mora nem de revisão de preços. Quanto á Asibel não se chegou a acordo porque o mandatário da empresa não tinha condições de negociar tendo a reunião sido suspensa e continuando em Janeiro para definir esta questão..-----

-----O senhor **Vice-Presidente** respondeu a algumas questões de carácter técnico a **Luís Almeida**, terminando por dizer que este executivo teve o mérito e a coragem de vergar a linha de tendência das despesas correntes para baixo.-----

-----Dirigindo-se depois a **Jorge Vala**, disse que as bandeiras também evoluem e que a sua evoluiu para "**desenvolver com equilíbrio e sustentabilidade**", sentindo-se muito satisfeito se isso for respeitado e conseguido.-----

-----**Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire P.S.)** interveio para na defesa da honra dizer ao membro do PSD António Manuel de Sousa Pires, que está aqui na qualidade de Presidente de Junta e por inerência de cargo, enquanto ele foi eleito directamente como membro que constitui esta Assembleia. Disse ainda que, quanto à Casa da Cultura, o que falou, foi porque esteve com atenção à explicação brilhante que foi dada pelo senhor Presidente da Câmara e relativamente ao saneamento, esta obra já teve início na vila e freguesia de Mira de Aire. Disse ainda achar que os membros do PSD estão incomodados com as obras que têm vindo a ser desenvolvidas, muitas delas com o apoio do Governo Central, o que para si constitui um motivo de orgulho, e porque é um sinal de que este executivo está a trabalhar bem e porque o Governo Central está a dar apoio. -----

-----**Também Vítor Louro Cordeiro (P.S.)** pediu a defesa da honra quanto às declarações de António Pires dizendo que este estaria a ficar desmemoriado, porque não se trata de uma questão de ter acesso a informação privilegiada, mas apenas esteve com atenção aquando isso foi aqui referido nesta Assembleia no início do mandato.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** passou a referir que existe um requerimento que chegou agora à mesa proveniente da bancada do PSD e que deverá ser submetido a votação não havendo espaço para debate, passando lê-lo, e que a seguir se dá por transcrito:-----

-----"*Na sequencia da Assembleia anterior e considerando que qualquer eleito deve ter a possibilidade de exercer o seu direito de voto sem condicionalismo de nenhuma natureza;*-----

-----*Considerando que o exercício democrático de cada votação deve ser um acto pessoal e sem qualquer factor de inibição;*-----

-----*Considerando que ao fim de dois anos de mandato, nada se alterou nos aspectos fundamentais do exercício democrático, continuando a prática do executivo igual ao passado recente;*-----

-----*Requeremos à Mesa, que as votações referentes ao ponto 1, 2 e 3 da ordem de trabalhos, a realizar nesta Assembleia Municipal, sejam por voto secreto.*-----

-----*Porto de Mós, 19.12.2007. (Assinaturas dos Eleitos do PSD).*-----

-----Posto a votação foi o requerimento acima transcrito **aprovado por maioria, com dezoito votos a favor, onze votos contra e três abstenções.**-----

-----Seguidamente foi posto a votação **o ponto 1** da ordem de trabalhos - **Aprovação das**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grandes Opções do Plano para o Ano de 2008, passando o senhor Presidente da Assembleia a chamar os membros desta a depositar os respectivos boletins na urna disponibilizada para o efeito. Foi iniciada a contagem verificando-se que votaram trinta e dois (32) membros, tendo este ponto sido **aprovado por maioria, com vinte (20) votos a favor, oito votos (8) contra e quatro (4) abstenções.** -----

-----Foi depois posta a votação **o ponto 2 da ordem de trabalhos – Aprovação do Orçamento para o Ano de 2008**, seguindo a mesma tramitação. Terminada a votação, deu-se início à contagem, verificando-se que votaram trinta e dois (32) membros, tendo este ponto sido **aprovado por maioria, com vinte (20) votos a favor, nove (9) votos contra e quatro (4) abstenções.** -----

-----Posteriormente e atendendo ao adiantado da hora, o senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu a sessão dizendo que a mesma continuaria numa segunda reunião a ter lugar no dia 22 de Dezembro, pelas 10 horas da manhã neste local.-----
